



PODER

Gilmar não vê necessidade de código de conduta

Decano do STF afirma que há normas definidas sobre a atuação dos ministros, embora a adoção de um conjunto de diretrizes éticas para a magistratura seja defendida pelo presidente da Corte. Ministro diz ter “absoluta confiança” em Moraes e Toffoli

» LUANA PATRIOLINO

Decano do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Gilmar Mendes sustentou, ontem, que não vê necessidade da criação de um código de conduta para os integrantes da Corte. Segundo ele, existem regras claras do Conselho Nacional de Justiça (STF) que dizem respeito à ética dos magistrados dos tribunais superiores. Em conversa com jornalistas, Gilmar também afirmou ter “absoluta confiança” no ministro Alexandre de Moraes, diante das críticas envolvendo o escândalo do Banco Master.

Na semana passada, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, declarou que a proposta de criação de um código de conduta está sob “gestação” e com expectativa de resolução no ano que vem.

Gilmar afirmou que não se opõe à criação de normas, disse não ver necessidade. “Eu não sou contra. Se entender que é necessário consolidar... Mas nós já temos as regras todas aí. Se quisermos, inclusive, podemos dizer: adota-se o código de ética da magistratura nacional, do CNJ (Código Nacional de Justiça) e ponto final”, argumentou.

Quando questionado se as regras da Lei Nacional da Magistratura se estenderiam para os integrantes da Corte, pois, atualmente, não o é, o decano respondeu: “Não deixa de ser adotado, né? Porque as regras de impedimento e suspeição, por exemplo, estão na legislação, no CPP (Código de Processo Penal) e no Código de Processo Civil”.

O decano declarou que acha uma “bobagem” essa discussão sobre ministros participarem de palestras e eventos. Na avaliação dele, as aparições públicas não prejudicam a imparcialidade de um ministro.

“Eu vou a todos os eventos que eu posso e que me convidam. Não recebo remuneração por isso. Então, não tenho essa preocupação que até aparece no tal código alemão. E não acho que ninguém vai ter conversa imprópria em eventos. Se tiver alguém cogitando fazer algo errado, certamente não fará em

Rosinei Coutinho/STF



Entenda a polêmica

» O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, pretende instituir um código de conduta para os integrantes da Corte até o fim do mandato dele, em setembro de 2027.

» Há incômodo no STF pelas conexões reveladas entre os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes com os controladores do Banco Master.

» Toffoli, que viajou em

um jatinho com um dos advogados da causa, impediu que a CPI do INSS tivesse acesso ao material de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do controlador do banco, Daniel Vercaro — mas determinou investigação posteriormente. Já a esposa de Moraes, Viviane de Moraes, fechou um contrato de R\$ 129 milhões entre o escritório de advocacia e o Banco Master.

» Fachin propôs aos ministros a criação de um código de

conduta logo que tomou posse na presidência do tribunal, em setembro. A ideia, porém, só ganhou força a partir da exposição das relações de Toffoli e Moraes em torno do caso Master.

» Um dos pontos que o presidente do STF quer disciplinar é a participação de ministros em eventos patrocinados por grupos com processos nos tribunais superiores.

evento. Mas isso virou para vocês (refere-se à imprensa) um símbolo de correção”, ressaltou.

Moraes e Toffoli

Na conversa, Gilmar declarou ter “absoluta confiança” na atuação imparcial do ministro Alexandre de Moraes no STF. Ele também afirmou não acreditar que Dias Toffoli e um dos advogados do caso do Banco Master tenham tratado de qualquer assunto além de futebol durante uma viagem que fizeram juntos ao Peru.

“Eu tenho absoluta confiança em relação ao ministro Alexandre de Moraes. E não vejo nenhum problema. O Banco Master é um



Eu vou a todos os eventos que eu posso e que me convidam. Não recebo remuneração por isso. Então, não tenho essa preocupação. E não acho que ninguém vai ter conversa imprópria em eventos. Se tiver alguém cogitando fazer algo errado, certamente não fará em evento”

Gilmar Mendes, ministro do STF

sinal de que as instituições estão funcionando. O Banco Central fez a intervenção. Houve a investigação, prisão das pessoas. Portanto, a mim parece que é um sinal de que as instituições estão funcionando”, reiterou o magistrado.

O advogado Augusto de Arruda Botelho, que faz a defesa de um dos diretores do Master, afirmou que os passageiros do jatinho que fizeram uma viagem do Brasil ao Peru, para assistir à final da Copa Libertadores, eram apenas “torcedores”. Relator do inquérito que investiga o dono da instituição, Daniel Vercaro, Dias Toffoli era um dos presentes no voo.

Segundo Gilmar, encontros entre juízes e advogados são comuns e ocorrem em diferentes ambientes. Ele minimizou o caso e disse não acreditar que a investigação sobre o banco tenha sido discutida na ocasião. “Não vejo (problema). Nada... Duvido que esse advogado tenha falado alguma coisa que não tenha sido sobre futebol”, declarou.

Senador colherá assinaturas para uma CPI

O senador Alessandro Vieira (MDB) afirmou que vai coletar assinaturas, após o recesso parlamentar, para a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) voltada a investigar denúncias envolvendo um contrato entre o Banco Master e o escritório da família do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo o parlamentar, o acordo, estimado em R\$ 129 milhões, estaria “fora dos padrões da advocacia” e envolve ainda suspeitas de “atuação direta do magistrado” em favor da instituição financeira.

“Após o recesso, vou coletar as assinaturas para investigação de notícias sobre um contrato entre o Banco Master e o escritório da família do ministro Moraes, de 129 milhões de reais, fora do padrão da advocacia, além desta notícia de atuação direta do ministro em favor do banco”, escreveu Vieira em publicação no X (antigo Twitter).

A reportagem, o senador destacou que as informações são “gravíssimas” e exigem apuração. “É necessário apurar a veracidade,

pois caso confirmadas são absolutamente incompatíveis com a magistratura”, afirmou.

O senador compartilhou a denúncia da colunista Malu Gaspar, do jornal O Globo. Segundo a jornalista, Moraes teria procurado o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, para fazer pressão em favor do Banco Master. A colunista afirma ter ouvido seis fontes sobre o episódio.

De acordo com a colunista, foram feitos três contatos por telefones e um encontro teria se dado presencialmente com Galípolo. Em um deles, o ministro teria pedido que o Banco Central aprovasse o negócio da compra do Master pelo BRB. Na ocasião, a venda havia sido anunciada pelas instituições, mas estava pendente de aval da autoridade monetária. Nem Moraes nem o presidente do BC se manifestaram sobre as afirmações.

Ainda de acordo com a apuração, o Banco Master firmou contrato com a advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro, prevendo que o escritório da família atuasse na defesa dos interesses

Carlos Moura/Âncora Senado



O senador Alessandro Vieira disse que coletará assinaturas após o recesso parlamentar

da instituição e de Daniel Vercaro junto ao Banco Central, à Receita Federal e ao Congresso Nacional.

O contrato foi assinado em janeiro do ano passado e estabelecia pagamento de R\$ 3,6 milhões por

mês durante três anos. Caso fosse cumprido integralmente, o escritório Barci de Moraes Associados receberia cerca de R\$ 129 milhões até o início de 2027.

O controlador do Banco

Master, Daniel Vercaro, chegou a ser preso por 11 dias em novembro. Ele foi solto, com uso de tornozeleira eletrônica, por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Vercaro e outros quatro executivos são investigados pela Polícia Federal por crimes financeiros na gestão do Banco Master.

Na última semana, o ministro Dias Toffoli determinou a retomada das investigações que miram um esquema de fraude financeira no Master. No despacho, ele pediu que a realização de oitivas de executivos do banco e de dirigentes do Banco Central, além de liberar que o delegado responsável pelo caso requirite medidas como quebras de sigilo fiscal e telemático dos réus mediante justificativa. Antes, Toffoli já havia avocado o caso para o STF e determinado sigilo no processo.

Além disso, Toffoli retirou da CPI do INSS dados bancários e fiscais de Daniel Vercaro. O ministro do STF determinou que informações oriundas das quebras de sigilos solicitadas pela comissão deverão ficar sob cuidados de Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Congresso. Na ocasião, presidente da CPI, Carlos Viana, afirmou que a decisão é “grave”, “estranha” e enfraquece investigação.